

## Abjurando

TODOS OS PRINCIPAIS CANDIDATOS ESTÃO EMPENHADOS EM RENEGAR IDÉIAS DEFENDIDAS NO PASSADO

*Rogério L. Furquim Werneck \**

Cada um a seu modo, os candidatos a presidente vêm tendo de mostrar, com algum embaraço, que abandonaram idéias econômicas que pareciam defender no passado ainda recente. Conseguir abjurar de forma convincente é o grande desafio da atual campanha eleitoral. Tendo em vista as proporções da correção de discurso que vem sendo obrigado a fazer, o empenho mais admirável é certamente o de Lula. Mas Ciro Gomes e José Serra também têm sido compelidos a mostrar correções substanciais em seus discursos.

A verdade é que Lula parece estar sendo surpreendentemente persuasivo na sua metamorfose. Nem tanto por ter sido festejado na Fiesp. Mas por ter conseguido arrancar aplausos entusiasmados na Febraban. E por não ter causado mais má impressão do que nenhum de seus concorrentes na Confederação Nacional da Agricultura. Mesmo quando se leva em conta a enorme propensão ao auto-engano que hoje se pode detectar no empresariado, trata-se de um desempenho notável, que resulta de uma operação que vem sendo conduzida de forma extremamente profissional. Nas palavras do próprio candidato, *“cada passo tem de ser milimetricamente pensado”*. Bem ilustra a nova postura, a decisão do PT de não apoiar o plebiscito da CNBB sobre a ALCA. Como esclareceu Lula, *“o PT é um partido que está prestes a ganhar uma eleição nacional e não pode ficar brincando de plebiscito”*. É uma pena que constatação tão óbvia não tenha sido feita há dois anos, na campanha das eleições municipais de 2000, quando, por um punhado de votos, o PT decidiu miopemente apoiar com grande entusiasmo o plebiscito que indagava à população se a dívida interna e a dívida externa deveriam ser de fato pagas. Por mais que se esforce e tente assegurar que idéia tão estapafúrdia foi definitivamente eliminada das considerações do partido, o PT vai levar muito tempo para acabar de pagar a conta eleitoral desse colossal desatino.

As correções de discurso que vêm sendo feitas por Ciro Gomes e José Serra não envolvem desafios tão radicais como os de Lula mas têm sido fator de desgaste para ambos. A dificuldade mais notória de Ciro Gomes vem sendo convencer aos mais céticos de que suas idéias acerca de uma renegociação ordenada da dívida interna foram mal interpretadas. E que de fato jamais contemplou qualquer forma de alongamento compulsório da dívida. Outro problema vem sendo conseguir esclarecer que suas vagas propostas de modificação da condução da política monetária não implicam descaso pelo objetivo de controle da inflação.

Já as dificuldades de José Serra quanto à correção de discurso são mais sutis. Não é segredo para ninguém que, desde a implantação do Plano Real, Serra foi hostil à equipe econômica e aos rumos da política econômica do governo. É um tanto simplista supor que as discordâncias ficaram restritas ao primeiro mandato e que desapareceram com a

mudança da política cambial. De fato, foram muito mais amplas e mais duradouras. Talvez tenham ficado menos perceptíveis durante o círculo virtuoso por que passou a economia brasileira entre março de 1999 e março de 2001. E especialmente depois de setembro de 1999, quando, após uma substituição algo traumática do ministro do Desenvolvimento, FHC decidiu coibir críticas abertas à política econômica dentro do governo. Mas as discordâncias voltaram a aflorar com clareza ao longo do ano passado, tão logo o quadro econômico tornou a deteriorar-se, na esteira da crise energética, do lento colapso da Argentina e do avanço da recessão mundial. Por volta de outubro de 2001, com o País ainda sob o impacto dos atentados de 11 de setembro, os “desenvolvimentistas” mais vocais já vaticinavam com satisfação a iminência de uma grande mudança de política econômica que marcaria o fim do “fernando-malanismo”. Dividido entre a continuidade e o continuísmo, só muito recentemente Serra decidiu que o mais prudente era reprimir a maior parte de suas críticas e “colar” em FHC e na sua política econômica. Em face da escalada da crise de confiança enfrentada pela economia brasileira nos últimos meses, Serra resistiu durante algum tempo mas acabou até mesmo se dispondo a anunciar que manteria no cargo Armínio Fraga, a grande estrela do “fernando-malanismo” no segundo mandato.

É contra esse pano de fundo que devem ser analisados os desdobramentos da inédita e notável iniciativa do presidente da República de convocar ao Planalto os quatro principais candidatos, para deles extrair um mínimo de concordância explícita com a continuidade das linhas gerais de condução da política econômica no próximo governo. Da perspectiva do que se discutiu acima, o que se passou no Planalto na segunda-feira da semana passada pode ser visto como uma seqüência de sessões solenes de abjuração por parte dos vários candidatos. Tendo logrado mais sucesso do que talvez esperasse da sua louvável iniciativa, FHC mostrou-se em seguida decepcionado com as reações dos mercados a tal demonstração de consenso. Aventou a possibilidade de estar diante de um problema de dissonância cognitiva. Não parece ser bem o caso.

Seria ingênuo esperar que as reuniões com os candidatos no Planalto acabassem tendo um efeito mágico de dissolução das incertezas básicas acerca dos rumos da política econômica a partir de janeiro. Os efeitos foram certamente positivos e muito significativos, mas bem menos decisivos do que aparentemente imaginavam os mais otimistas. É da natureza de qualquer abjuração que subsistam dúvidas. E a verdade é que, não obstante todas as declarações de boas intenções por parte dos vários candidatos, permanece havendo enorme incerteza sobre a condução da política econômica do próximo governo. Em parte, é claro, porque o próprio desfecho da eleição presidencial ainda permanece muito incerto. Mas em boa parte também porque, a pouco mais de um mês do primeiro turno, ainda continua sendo extremamente difícil vislumbrar com um mínimo de nitidez o que seria a real orientação da política econômica do novo governo, seja qual for o candidato vitorioso.

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.